

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

DPT - INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

Polegar Direito

ASSINATURA DO TITULAR

Naod B. Albuquerque

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Recomenda-se não plastificar

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL

3.184.803

DATA DE EXPEDIÇÃO

04/04/2018

FILIAÇÃO

JOSE CARLOS GONÇALVES SIQUEIRA

NATURALIDADE

BRASILIA / DF

DOC. ORIGEM

C.NASC, Nº. 141472, FOLHA 172, LIVRO A-275, 3º OF. (11/11/1993)

TAGUATINGA - DF

C.P.F.

053.202.331-59


49219603

ASSINATURA DO DIRETOR

Assinado Electronicamente de A. Junior

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

NH 03

 **BANCO DO BRASIL**

0826 - TAGUATINGA CENTRO - DF 336946797
0000010062232

■ SAC 0800 729 0722 - Deficiente Auditivo ou de Fala 0800 729 0088 - Ouvidoria BB 0800 729 5678



NAEL B SIQUEIRA
QNM 1 CONJUNTO G CASA 34A 34
CEILANDIA SUL CEILANDIA
72215-017 BRASILIA - DF



7213195069078910000000769730150421

Endereço para devolução: CSL Brasília - SBS - Quadra 1, Bloco A, Lote 31 - 29 ss - EDSEDE I - CEP 70073-900 - Brasília (DF)

<input type="checkbox"/> Mudou-se	<input type="checkbox"/> Recusado	<input type="checkbox"/> Falecido	<input type="checkbox"/> Reintegrado ao serviço postal em _____
<input type="checkbox"/> Desconhecido	<input type="checkbox"/> Ausente	<input type="checkbox"/> Endereço	
<input type="checkbox"/> Informação do porteiro / síndico	<input type="checkbox"/> Não existe o número indicado	<input type="checkbox"/> Não procurado	
			Responsável _____

od. V09615-SISBB-15243 - mvr

PCB117AA 00007697 A3VBH6 210412



PARÁGRAFO TERCEIRO – Por mútuo consentimento será lícita a alteração das condições do contrato de trabalho do Empregado (a), mas desde que não gerem prejuízos diretos ou indiretos ao empregado (a).

CLÁUSULA SEXTA – A carga horária laboral será de 180,00, 01 (uma) hora de intervalo intrajornada, para repouso e alimentação, conforme registrada em frequência manual ou eletrônica.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A duração diária do trabalho poderá ser acrescida de horas extras, em número não excedente de 02 (duas), mediante a remuneração de 50% (cinquenta por cento) sob a hora normal de trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se as horas extras forem compensadas por meio do banco de horas, dentro do período de 06 (seis) meses, ou por regime de compensação de jornada, na forma da lei.

PARÁGRAFO TERCEIRO – No caso de o (a) Empregado (a) laborar em período noturno será devido o adicional de 20% sobre a hora diurna, conforme disposição de lei.

CLÁUSULA SÉTIMA – O (A) Empregado (a) receberá a contraprestação dos serviços prestados mediante o pagamento do salário no importe de R\$3.000,00,(três mil reais) podendo ser efetuado os descontos permitidos em lei, bem como os adiantamentos porventura concedidos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O salário mensal terá o adicional de insalubridade de 40% sobre o salário mínimo.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O pagamento mensal será efetuado pela Empregadora mediante depósito bancário em conta aberta pelo (a) Empregado (a) para essa finalidade, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido.

CLÁUSULA OITAVA – O (A) empregado (a) sempre que causar algum prejuízo a Empregadora, resultante de qualquer conduta dolosa ou culposa, ficará obrigado a ressarcir por todos os danos causados. Desde já fica a Empregadora, autorizada a efetivar o desconto da importância correspondente ao prejuízo, o qual fará, com fundamento no Art. 462, § 1, da CLT.

CLÁUSULA NONA – Constituirão justa causa para a rescisão do presente contrato de trabalho pela Empregadora, as hipóteses previstas no Art. 482 da CLT, após a assinatura do presente contrato individual de trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA – O (A) empregado (a) se compromete a manter comportamento compatível com as normas de disciplina e ética profissional, e de segurança estabelecidos pelo Direito brasileiro e pela Empregadora. Compromete-se também a respeitar todas as normas legais da relação de emprego, bem como, utilizar corretamente todos os equipamentos de segurança fornecidos, para fins de cumprimento das normas de segurança e medicina do trabalho.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – É vedado ao empregado (a) a utilização de calçados abertos (sandálias, crocs, sapatilhas, mule, entre outros) que exponham a região do calcâneo (calcanhar), dorso (peito do pé) e /ou laterais dos pés, na execução das atividades laborais.

2



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O (a) empregado (a) também se compromete a guardar sigilo de todas as informações assistenciais, técnicas ou de cunho administrativo relacionadas à execução do trabalho, seja verbalmente ou por escrito, em forma eletrônica, textos, desenhos, projetos, fotografias, gráficos, plantas, planos, programas de computador ou qualquer outra forma, fornecendo-as a terceiros somente com prévia autorização da Empregadora.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os empregados que laboram em setores administrativos, financeiros, de Recursos Humanos, gerencia e diretoria, que tenham conhecimento de informações privilegiadas (dados sigilosos) deverão assinar o termo de confidencialidade oferecido pela Instituição.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Cabe ao empregado (a) a garantia do sigilo dos dados e informações relativos aos pacientes atendidos no HOSPITAL DE CAMPANHA DA CEILÂNDIA.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Se o (a) empregado (a) violar a cláusula Décima Primeira estará sujeita à dispensa por justa causa, na forma do artigo **482, g, da CLT**, e demais itens do mesmo artigo, sem prejuízo das indenizações e ressarcimentos suplementares devidos à **Empregadora** pelas perdas, danos, lucros cessantes, danos indiretos e quaisquer outros prejuízos patrimoniais ou morais percebidos em decorrência deste descumprimento, em conformidade com a previsão do **artigo 223 – A e seguintes, da consolidação das leis do trabalho**, bem como as de responsabilidades civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Fica eleito o foro da cidade de Brasília/DF, para dirimir as questões decorrentes deste contrato, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por justo acordo, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias, ficando a primeira em poder da Empregadora e a segunda com o (a) empregado (a).

Brasília/DF, 03 de Março de 2021

ASSOCIAÇÃO SAÚDE EM MOVIMENTO – ASM

NAEL BERNARDO SIQUEIRA

PRIMEIRA TESTEMUNHA

CPF: _____

SEGUNDA TESTEMUNHA

CPF: _____



**CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO DE POR PRAZO DETERMINADO COM REGIME
PRESENCIAL E NA MODALIDADE DE TEMPO INTEGRAL**

Entre **ASSOCIAÇÃO SAÚDE EM MOVIMENTO** com filial administrativa na AE SPO CONJUNTO 4, CENTRO MÉDICO POLICIA MILITAR DO DF, SETOR SUL, S/N, BRASÍLIA – DF, CEP: 70.610-212, inscrita no CNPJ sob o nº 27.324.279/0004-68, neste ato representada por sua presidente **Sr.ª Regina Célia Marques de Souza Silva**, brasileira, viúva, enfermeira, portadora da cédula de identidade RG nº 06807153-12 SSP/BA, inscrita no cadastro de pessoa física sob o nº 044.827.348-96, doravante denominada de EMPREGADORA, e o(a) **NAEL BERNARDO SIQUEIRA**, BRASIL, Solteiro, CPF nº 053.202.331-59, domiciliado(a) à QNM 1 CONJUNTO G CASA 34A, 34, CEILÂNDIA SUL (CEILÂNDIA), BRASÍLIA, DF, 72215-017, portador da CTPS Nº: 96252 série 0051, doravante denominado(a) EMPREGADO(A).

As partes acima identificadas celebram entre si o presente contrato individual de trabalho **por prazo determinado**, com regime presencial e na modalidade de tempo integral, regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas e pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica o (a) empregado (a) admitido (a) por prazo determinado, em conformidade com o quanto disposto no parágrafo 1º, do artigo 443 da CLT, para prestar serviços em regime presencial, podendo, inclusive, prestar serviços externos, na modalidade de tempo integral, a partir do dia 03/03/2021, para desempenhar a função de ENFERMEIRO UTI, devendo a relação empregatícia findar-se em 21/04/2021, totalizando 50, sem necessidade de aviso antecipado às partes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Caso o Empregador julgue necessário a prorrogação da vigência contratual, este somente poderá ser prorrogado uma única vez, respeitado o prazo máximo de 02 (dois) anos.

CLÁUSULA SEGUNDA – Ausente o interesse na continuidade da relação empregatícia, o contrato poderá ser rescindido antes da data estipulada na Cláusula Primeira, Caput, sem direito a qualquer indenização ou aviso prévio.

CLÁUSULA TERCEIRA – Havendo interesse na continuidade da relação empregatícia, em período posterior ao prazo determinado previsto na Cláusula Primeira, o presente contrato passará a vigorar por prazo indeterminado.

CLÁUSULA QUARTA – Se o contrato for extinto antecipadamente por iniciativa do Empregado(a), estipula-se a obrigação de indenização à Empregadora referente aos prejuízos decorrentes, de acordo com o artigo 480 da CLT.

CLÁUSULA QUINTA – O (A) Empregado (a) desempenhará suas atribuições nos cumprimentos dos projetos firmados pela Empregadora, no HOSPITAL DE CAMPANHA DE CELÂNDIA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica o (a) empregado (a), desde já, ciente de que em caso de real necessidade poderá ser remanejado (a) para prestar serviços em qualquer outra localidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As partes poderão alterar o regime de trabalho presencial para o teletrabalho mediante anuência bilateral, devendo registrar o ato por meio da pactuação de termo aditivo contratual.